Lembra-se da relação amor-ódio do cliente com o seu advogado? Esqueça isso, a realidade agora é outra

Por **MARIA JOÃO FAÍSCA**



Associada Sénior do Departamento de TMT&PI da CCA ONTIER

O MAIOR DESAFIO DE UM ADVOGADO QUE TRABALHE no mundo das tecnologias de informação – as IT – é, basicamente, entender uma linguagem para a qual, na grande maioria dos casos, não foi formatado.

Em boa verdade, todos nós vivemos no mundo das tecnologias, na chamada internet das coisas ("IoT") – expressão tão banalizada, mas pouco explicada ao comum cidadão – mas nem todos conhecemos a sua dimensão.

Se questionarem alguém sobre se sabe o que é isso da IoT, com certeza darão com uns olhos incrédulos por acharem que o interlocutor se enganou na palavra que escolheu. No entanto, se explicarem que até o simples ato de passar um bilhete nos validadores de acesso ao metro, a entrada num concerto com controlo eletrónico e até algo tão comum quanto o pagamento na caixa do supermercado são procedimentos que coletam informação que, por sua vez, é comunicada a uma rede, talvez aí recebam a resposta de "Ai, não percebo nada disso", mas a mesma será seguida de um rosto apreensivo.

Pior será se abordarmos o tema da inteligência artificial – esse pequeno monstro em crescimento de que se ouve falar, por vezes, com temor – sabendo que ele anda aí, mas não exatamente o que é.

E se sim, o cliente de um advogado que trabalhe nesta área é, normalmente, um conhecedor destas matérias, sob uma perspetiva mais técnica, também é uma realidade o facto de muitos dos clientes serem meros investidores que pretendem avançar num universo para o qual não têm formação específica, confiando o desenvolvimento do seu negócio às mãos dos engenheiros e das várias empresas que prestam serviços na área.

Ora, as fragilidades são mais que muitas e é aqui que surge o advogado de IT.

Não é uma figura clássica, revestido do formalismo associado à classe pelo comum cidadão, mas é um agente cada vez mais necessário. Sobre ele recai o ónus de conhecer a atualidade tecnológica e agir como elemento fundamental para a interligação das várias áreas de Direito ditas tradicionais neste novo cenário de atuação.

Cabe ao advogado de IT acompanhar todo o negócio do seu cliente e, como tal, conhecer a linguagem das novas tecnologias, ora conseguindo ler o ritmo cardíaco da atividade, ora sabendo como medicar preventiva e reativamente as patologias que surjam.

Temas como o comércio eletrónico, a recolha e tratamento de dados pessoais, a preservação dos segredos de negócio e a proteção da propriedade intelectual dos ativos dos clientes são questões sobre as quais o advogado de IT se debruça diariamente esforçando-se por conceber as melhores soluções para que o cliente veja os seus interesses acautelados.

É aqui que surgem, entre tantos outros, acordos de confidencialidade, cláusulas de proteção da propriedade intelectual, instrumentos para garantia do sigilo dos colaboradores relativamente a informação a que tenham acesso, políticas de privacidade e termos e condições de aplicações e páginas web, os quais impõem que o advogado de IT conheça e entenda os processos e a tecnologia envolvida.

"Este é, de facto, o maior desafio para um advogado de IT: acompanhar a realidade tecnológica, sem perder a (fundamental) sensibilidade jurídica"

Mas não se cinge apenas a isto o potencial da intervenção de um advogado de IT, uma vez que, o verdadeiro e bom advogado que se dedique às tecnologias, tem de ser um curioso e um conhecedor de uma linguagem que até há muito pouco tempo cabia apenas a certas áreas da Engenharia conhecer.

É este o verdadeiro contributo – o de entender a matéria técnica, falar o mesmo dialeto do cliente e aplicar os conhecimentos de Direito na conceção, construção e acompanhamento dos projetos na área das tecnologias.

No final, vê-se o advogado de IT como parte, mais que interveniente, cogeradora de todo um negócio ou processo tecnológico, numa verdadeira relação de parceria com o seu cliente.

Por outro lado, numa sociedade em que os limites da proteção da privacidade estão cada vez mais esbatidos e em que o acesso à informação está à mera distância de um click inadvertido, os legisladores nacionais e internacionais têm feito um esforço para regular, seja limitando o nível de invasão empreendido pelas tecnologias no foro pessoal, seja para sancionar acessos não autorizados a ficheiros e dados armazenados.

Com isto, do nível de exigência da lei e dos variadíssimos normativos aplicáveis – por vezes, em simultâneo – resulta um intrincado sistema regulatório, de difícil acesso e compreensão para a grande maioria dos cidadãos.

O advogado de IT não é um ser imprescindível, mas caminha para lá.



PIXABAY

Aliás, reflexo desta realidade é o facto de haver um verdadeiro corrupio no mercado do recrutamento de advogados especializados nas áreas de TMT (Tecnologias, Media e Telecomunicações) e de Dados Pessoais.

As sinergias da advocacia estão a mudar, a evolução das tecnologias de informação chegou aos negócios, os clientes são cada vez mais empreendedores e, ao invés de resolver problemas, pretendem fazer nascer e crescer os seus sonhos.

Mas não o conseguem fazer sozinhos.

Estamos num admirável mundo novo (talvez fora do alcance da visão de Aldous Huxley) no qual os riscos têm uma dimensão imensa que, ainda assim, não consegue abafar os benefícios de uma sociedade tecnológica cujo crescimento tem um alcance ainda por determinar.

Este é, de facto, o maior desafio para um advogado de IT: acompanhar a realidade tecnológica, sem perder a (fundamental) sensibilidade jurídica.

E conseguir ver para lá do horizonte. Esse horizonte onde Direito e tecnologias se encontram unidos num abraço insolúvel. ●

A advogada defende que se verifica um verdadeiro corrupio no mercado do recrutamento de advogados especializados nas áreas de TMT (Tecnologias, Media e Telecomunicações) e de Dados Pessoais.